

Introdução e definições

- O cristão contemporâneo e o judaísmo intertestamentário
- O judaísmo intertestamentário: um período distinto
- O novo consenso sobre o judaísmo intertestamentário
- Os princípios básicos que compõem este estudo
- Uma nota sobre alguns termos

O CRISTÃO CONTEMPORÂNEO E O JUDAÍSMO INTERTESTAMENTÁRIO

Enquanto estava diante do rei Agripa II, o apóstolo Paulo expressou gratidão por poder falar com quem estava “bem acostumado com todos os costumes e controvérsias deles [dos judeus]” (At 26.3). Ele pressupôs que, para compreender seu caso e, por implicação, o cristianismo, era necessário ter certa noção do judaísmo intertestamentário. Essa situação não mudou.

Ao passar do Antigo Testamento (AT) para o Novo Testamento (NT), o leitor mergulha em um mundo radicalmente diferente. O idioma originário já não é o hebraico ou aramaico, mas o grego. O domínio político persa deu lugar ao romano. “Judeu”, termo encontrado do começo ao fim de alguns livros do fim da era do AT (Jeremias, Esdras, Neemias, Ester), mas raramente em outras passagens, é um nome comum para os descendentes de Abraão, Isaque e Jacó. A palavra *rei* já não designa o monarca absoluto, e novos títulos administrativos, como etnarca, tetrarca e governador (ou procurador) aparecem pela primeira vez ou assumem outro significado. O sacerdócio judaico é mais proeminente e seu papel é ampliado com o intuito de incluir a administração de questões civis e também cerimoniais.

Percebe-se maior grau de hostilidade na atitude do povo de Israel em relação aos governantes estrangeiros. Surgem centuriões e publicanos.

Os escritores do NT acreditam que os leitores saberão a localização e a importância de áreas geográficas como Galileia, Samaria, Pereia (literalmente, a região que ficava “além” do Jordão), Idumeia, Judeia, Decápolis e muitas outras. Pela primeira vez, encontramos o conselho judaico, ou Sinédrio, e contempla-se o culto realizado na sinagoga, como também no templo. Grupos como fariseus, saduceus, herodianos, rabinos e zelotes entram em cena; os escribas assumem nova importância e funções diferentes. Faz-se presente uma influência cultural diferente para com a qual os sentimentos judaicos são ambivalentes.

Na vida religiosa da época, a lei do AT continua a ocupar o lugar central, mas é interpretada e observada com novas ênfases. A Escritura parece compartilhar a autoridade com os costumes ou a tradição (“a tradição dos líderes religiosos” ou “tradição dos homens”, como é chamada em Mc 7.5,8). A preocupação com a separação entre judeus e outros povos aumenta uma vez que a determinação é proteger o lugar especial dos hebreus diante de Deus. Alguns dos contemporâneos de Jesus estão preocupados com questões relacionadas à vida após a morte, à ressurreição, à imortalidade — temas apenas pincelados no AT. Outros termos e ideias raras vezes mencionados no AT — Reino de Deus, Messias, Filho do homem — tornaram-se importantes; as esferas do pensamento com as quais eles estão associados são de extrema importância nesse momento para muitos dentre a população geral. Ao que parece, há um clima de frustração, inquietação, anseio, esperança e expectativa entre muitos judeus que viviam nos tempos do NT no local hoje conhecido como Palestina ou a terra de Israel (*Eretz Israel*).

Claramente, mudanças significativas ocorreram. O AT *não* é o cenário histórico, cultural ou religioso imediato da vida e do ministério de Jesus, dos apóstolos e seus companheiros. Embora os escritores do NT admitam o conhecimento do AT, eles têm a fase intermediária da história judaica como contexto e cenário imediatos. As influências da Grécia e de Roma são, sem dúvida, consideráveis. Mas, pelo menos no início, até essas influências foram intermediadas pelo contexto judaico.

Os estudiosos deste período histórico tornaram-se cada vez mais conscientes de sua qualidade distintiva, não só do AT, mas também da forma de judaísmo que lhe sucedeu. O que causou as diferenças? A resposta é

simples, mas suas implicações são complexas. Em 586 a.C., os babilônios destruíram Jerusalém e o templo da cidade, encerrando, assim, o período da história dos hebreus no AT. Em 70 d.C., Jerusalém e o templo foram destruídos novamente, agora pelos romanos, e, de novo, a vida e a cultura judaicas sofreram mudanças. Entre esses dois acontecimentos devastadores, os judeus enfrentaram outras crises significativas, mas nenhuma mais importante que a incursão da cultura helenística (grega) após as conquistas de Alexandre, o Grande, no século IV a.C.

Este livro foi escrito segundo a convicção de que a Bíblia deve ser interpretada em seu contexto histórico e gramatical originais. Por tradição, entende-se o termo “gramatical” como referência às características linguísticas; eu gostaria de ampliar a categoria para incluir formas e recursos literários. De igual modo, o termo “histórico” deve incluir mais que o relato da sequência cronológica. Geografia, fenômenos culturais e sociológicos, diferentes visões da vida e do mundo e as circunstâncias particulares do autor e dos leitores em relação a um documento bíblico também fazem parte do contexto histórico.

As condições mundiais prevalecentes quando se deram os acontecimentos registrados na Escritura e quando os escritores inspirados realizaram seu trabalho são o contexto para o que os cristãos acreditam ser a revelação divina ímpar. Os escritores partiram do princípio de que o leitor originário estava acostumado com esse contexto ou de que algumas palavras trariam clareza suficiente (v. p. ex., Mc 7.3,4). Nós, leitores modernos sérios, não devemos minimizar o contexto do século I. Precisamos realizar uma viagem à terra em que somos estrangeiros — a terra daqueles a quem o evangelho chegou primeiro. Assim podemos voltar a nosso tempo e lugar, como entendedores mais bem preparados e melhores para viver e proclamar a Escritura.

Embora trate de certos aspectos da história e do pensamento judaicos, este é um livro cristão. O foco não é apresentar o judaísmo, nem intertestamentário ou do segundo templo, por si mesmo. Ao contrário, este livro seleciona e interpreta as partes de um corpo geral de informações que, segundo o escritor, serão de ajuda especial para seus colegas cristãos na compreensão do NT. Procurei lidar de forma honesta e imparcial com os dados judaicos relevantes. Espero corrigir algumas impressões equivocadas sobre o judaísmo do período em questão e do judaísmo em geral.

Ao descrever o judaísmo intertestamentário por meio da perspectiva cristã, quero deixar claro que, de forma alguma, percebo que as diferenças entre judaísmo e cristianismo deem o menor respaldo para o antissemitismo — a mancha mais escura no rosto da igreja. O antissemitismo é um fato da história cristã, mas um dos que me envergonho. Acredito que todos os vestígios dele devam ser eliminados de nosso meio. Até mesmo os sentimentos antissemitas são, no sentido cristão, pecado — um pecado do qual devemos nos arrepender com a contrição genuína que produz a mudança radical em nossa mente, emoções e ações. Devemos buscar o perdão de Deus e do povo judeu.

O JUDAÍSMO INTERTESTAMENTÁRIO: UM PERÍODO DISTINTO

É difícil saber como se referir ao período que é tema deste livro. Parece que os escritores judeus preferem “judaísmo do segundo templo” ou “judaísmo da segunda aliança”. Às vezes, são usados nomes como “judaísmo primitivo”, “judaísmo médio”, “judaísmo greco-romano” e “judaísmo do Período Helenístico tardio”. Nós o chamaremos “judaísmo intertestamentário”, por ter mais chances de soar conhecido para a maioria dos leitores deste livro. Usamos o termo e pedimos desculpas aos amigos judeus, que talvez o achem confuso por não poderem reconhecer a legitimidade do segundo ou novo testamento.

Muito frequentemente, o caráter único do judaísmo intertestamentário passa despercebido. Os estudiosos muitas vezes insistem na ideia de que o contexto do NT pode ser determinado com a inserção no AT de informações de textos rabínicos (p. ex., o *Talmude*, os *Midrashim* etc.) que, na presente forma, surgiram de fato após a era do NT. Como resultado, há o risco de atribuímos de forma anacrônica ao contexto do NT condições, práticas e ideias surgidas ou modificadas após o ano 70 da nossa era.

Nossa afirmação da distinção do judaísmo intertestamentário resulta de descobertas materiais recentes e do novo estudo de tudo o que se conhece desse período. O catalisador das pesquisas contemporâneas foi, sem dúvida, a descoberta dos manuscritos do mar Morto, em 1947. Esses documentos não deram apenas novas evidências, mas também novas perspectivas pelas quais se tornou possível interpretar informações disponíveis antes. Com essas outras evidências vieram técnicas e métodos novos e aprimorados para a compreensão e interpretação. Nas próximas fases do trabalho acadêmico, as informações recém-descobertas foram